

CÉLIO GARCIA (org.)

Política, partido, representação e sufrágio:

a polêmica entre Alain Badiou e Ronald Rocha. Belo Horizonte, Projeto, 1995.

Sérgio Lessa (professor da Universidade Federal de Alagoas e membro do Comitê Editorial da revista *Crítica Marxista*).

Política, partido, representação e sufrágio: A polêmica entre Alain Badiou e Ronald Rocha dificilmente poderia ser publicado em momento mais oportuno. O conjunto de conferências, artigos e entrevistas que contém aborda uma questão decisiva para a complexa tarefa de constituição de uma práxis revolucionária neste final de século. Concebendo por *praxis* revolucionária aquela que acumule forças para a superação da ordem - com todos os problemas de uma tal concepção - Alain Badiou (professor da Universidade Paris VIII) e Ronald Rocha (sociólogo, membro do diretório nacional do PT, da Editora da *Praxis* e do Conselho de Colaboradores da *Crítica Marxista*) propõem-se a investigar os parâmetros intelectuais para uma política emancipatória na contemporaneidade.

Para Alain Badiou, a condição *sine qua non* seria o reconhecimento de que o *locus* da *praxis* revolucionária é completamente externo ao Estado: toda disputa institucional e, acima de tudo, as eleições gerariam a domesticação dos eventos transformadores, resultando inevitavelmente no seu enquadramento nos horizontes da ordem. Neste caso, para o autor francês, "a subordinação da política ao Estado é uma subordinação de princípio" (p. 21). Por isso, a partir do momento em que a esquerda assumiu "os encargos do Estado, a lógica própria do Estado levou a melhor, de um jeito total, de maneira absoluta" (p. 33). Os movimentos populares e a política emancipatória se amoldaram à ordem estatal vigente, pois "as eleições são um momento de organização da ordem que, afinal de contas, é a ordem do Estado ..." (p. 67).

A recusa por princípio à luta institucional se articula, em Badiou, com uma crítica radical ao partido e à representação política. Como,

segundo ele, a política é uma esfera que possui seus fundamentos em si própria, e como o desenvolvimento histórico não é portador de uma racionalidade imanente ("a história não existe"), a representação é necessariamente um processo de castração dos impulsos contestatórios e de reafirmação dos desígnios conservadores da política dominante (pp. 69-70). Tais concepções são os fundamentos da tese de Badiou acerca da necessidade da elaboração de um "pensamento" político que possibilite às subjetividades escapar das arapucas institucional eleitorais e evitar que sejam seduzidas pela lógica burocrático-administrativa que perpassa a participação parlamentar. Uma "política livre [...] tem que se destacar do Estado, distanciar-se" (p. 33) e anunciar um projeto de ruptura não violento, centrado na idéia de que "o Estado viria a desaparecer, mas que conservaria tal idéia organizando-a diretamente, sem passar pela figura do próprio Estado" (p. 28).

Ronald Rocha pondera que tais concepções "acabam negando um dos principais instrumentos de que os trabalhadores dispõem para enfrentar a exploração e a opressão do capital: deixam o monopólio da partidização dos indivíduos nas mãos das forças conservadoras" (p. 47). Este é o terreno escolhido por Ronald Rocha para contrapor-se ao pensador francês: ao afastar-se da luta, necessariamente política, pelo poder do Estado, Badiou abandonaria à burguesia o terreno da disputa pelo poder, já que não há política fora da disputa contra e pelo Estado. "Retire-se o Estado da política, e o que sobraria? O Estado é um órgão político *par excellence*. Não o considerar como tal transparece um preconceito em relação à disputa em nível do poder. Trata-se da idéia de um fazer político, não independente do Estado, mas indiferente à sua

realidade" (p. 53).

Ronald Rocha descarta a idéia - por absurda- de que as eleições jamais poderiam ser taticamente abordadas através de uma estratégia revolucionária. Mas isto não o conduz à tese segundo a qual seriam elas a única e exclusiva mediação da práxis revolucionária. Segundo ele, "o Estado é de fato um limite da emancipação política, mas um limite político e não suprapolítico [...]. O exercício do poder é sempre uma práxis política e desse 'sortilégio' não há fuga possível, a não ser no abstencionismo" (p. 53). As concepções de Badiou conduzem, segundo Rocha, ao combate à "partidarização da militância socialista e ao elogio ao abstencionismo nos processos eleitorais, ambos como dogmas" (p. 54). Se o institucionalismo conduz "à reprodução da hegemonia burguesa", a alternativa revolucionária estaria na organização de "partidos socialistas" e no enfoque da "participação parlamentar" como "um elemento político subordinado à estratégia revolucionária global" (p. 54), e não no "abstencionismo".

As sucessivas derrotas eleitorais da esquerda brasileira parecem hoje conduzir a duas vertentes políticas opostas. Por um lado, questiona-se a validade da participação nos processos eleitorais; por outro lado, descarta-se a possibilidade histórica de uma mudança para além da sociabilidade regida pelo capital. A primeira conduz, de um reformismo arraigado a um esquerdismo ou a um indiferentismo inconseqüente, num movimento pendular bastante conhecido. A segunda vertente transforma o reformismo "radical" em "conservador", sob o argumento de que as derrotas eleitorais teriam "demonstrado" a inviabilidade de projetos mais à esquerda.

Nesse clima e nesse contexto, o debate entre Badiou e Rocha é um subsídio da maior relevância. Ambos os autores possuem em comum uma profunda insatisfação com a forma atual da militância política da esquerda, e ambos concordam que ela, no

seu senso comum, perdeu a perspectiva da superação da ordem burguesa. Como reverter esta situação? Badiou propõe um "pensamento" que articule o cerco ao Estado a partir do seu exterior, com sua dissolução sem a mediação da *praxis* ou do próprio Estado. Rocha situa o problema no plano da elaboração de uma estratégia revolucionária. O problema não estaria simplesmente na participação institucional em si, mesmo porque em certas conjunturas a recusa ao sufrágio se justifica, mas em realizar essa participação à revelia de uma "estratégia revolucionária global" que a orientasse no sentido da construção de uma contra-hegemonia. As diferenças práticas imediatas entre as propostas dos dois autores não poderiam ser maiores. Um dos méritos da polêmica é explicitá-las com uma honestidade exemplar e rara nestes dias.

Enquanto texto marcado pelos impasses práticos e teóricos que vive o movimento revolucionário (tomado aqui no sentido mais amplo e, por isso mesmo, impreciso), permeado pelo *Geist* de nossa época, ele é também um representante de rara qualidade do estágio em que nos encontramos nessa área. Para aqueles que, de um modo geral, aproximam-se das posições de Badiou, o "abstencionismo" a elas inerente é uma faceta que demonstra a fragilidade e o formalismo de seus pressupostos. Para aqueles que se aproximam das posições de Ronald Rocha, resta o enorme desafio da descoberta de como, na ausência de uma estratégia global revolucionária, e mesmo na impossibilidade de sua elaboração a curto prazo, evitar que a participação institucional seja mera mediação da "domesticação" dos militantes socialistas à ordem burguesa.

Enfim: um texto vivo, que não se esconde na (má) teoria para evitar as dificuldades em desvelar o real, que enfrenta as divergências sem complacência e que trata do nó górdio que confronta os revolucionários neste final de século: como militar em tempos de contra-revolução.

LESSA, Sérgio. Resenha de: GARCIA, Célio (org.). Política, partido, representação e sufrágio: a polêmica entre Alain Badiou e Ronald Rocha. Belo Horizonte: Projeto, 1995. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, 1996, p.169-170.

Palavras-chave: Política; Partido; Representação política; Alain Badiou; Ronald Rocha.